

Rebelião dos éticos

O processo de oxigenação da vida política brasileira, lento e gradual, está liquidando com tradicionais guetos de poder. O Congresso é um deles. Já mais a opinião pública se interessou pela eleição para as mesas diretoras da Câmara e do Senado.

Apesar do poder de fogo do Legislativo, potencializado pela Constituição de 1988, o comando da instituição passou sempre ao largo do público. Isso permitiu que acordos espúrios fossem selados entre grupos e partidos para manter o controle da instituição em benefício de interesses particulares.

Chegou-se ao nível do absurdo, com a inclusão dos cargos de presidente da Câmara e do Senado como parte da barganha fisiológica que tradicionalmente precede a montagem de governo. Não há como responsabilizar somente um ou dois ou mesmo três partidos. A cumplicidade foi sempre ampla e geral. Afinal, os presidentes são eleitos pelo voto direto dos parlamentares. Se a eleição é previamente acertada, é porque todos estão de acordo. Agora, porém, acena-se, pela primeira vez, com a possibilidade concreta de mudança. Na Câmara e Senado, a velha ordem das cartas marcadas defronta-se com o empenho de gente influente determinada a tornar o pleito público e transparente e o voto dos parlamentares efetivamente direto.

Na Câmara dos Deputados, José Genoíno (PT) e Miro Teixeira (PDT) comandam a profilaxia. Do outro lado, há o deputado Luís Eduardo Magalhães (-

PFL), filho de ACM, personificando o processo tradicional do arranjo de bastidores. No Senado, José Sarney (PMDB) encarna a velha ordem e Pedro Simon, também do PMDB, a desafia. Não se trata de mera bravata política. Esses parlamentares, conceituados dentro e fora da instituição, estão empenhados em regenerá-la diante do público.

A redemocratização do país recolocou a classe política no poder e, em vez de elevar o seu prestígio, desgastou-a numa intensidade não imaginada. Em uma década de poder, **queimaram-se** mais que os militares em duas. O grande número de abstenções nas eleições recém-concluídas reflete esse quadro. Nenhuma instituição do Estado, neste momento, é mais desprezada pela população que o Poder Legislativo, cuja missão é exatamente representá-la.

O objetivo da rebelião ética de Genoíno, Simon e outros é iniciar imediatamente o processo de regeneração dessa imagem. As bandeiras de campanha não podem mais se resumir a promessas de maiores mordomias internas aos parlamentares. O Congresso é hoje parceiro do poder. Tem responsabilidades executivas, já que o caráter híbrido da Constituição de 1988 parlamentarizou o gerenciamento do poder. As propostas dos que querem dirigi-lo têm de estar à altura dessas responsabilidades. E não podem ficar restritas aos bastidores. Esse o espírito da coisa.